

TIBIRIÇÁ, Jorge

*gov. SP 1890-1891; pres. SP 1904-1908.

Jorge Tibiriçá Piratininga nasceu em Paris, França, em 15 de novembro de 1855, filho de João de Almeida Prado Tibiriçá Piratininga e de Pauline Eberlé. Seu pai, rico fazendeiro e notável paulista pertencente a tradicional família ituana, presidiu a famosa Convenção de Itu, que em abril de 1873 lançou as bases da organização do Partido Republicano Paulista (PRP).

Em 1848, ainda jovem, João Tibiriçá foi mandando estudar na França. Durante sua permanência na Europa acabou não fazendo nenhum curso universitário, mas aprimorou seus conhecimentos sobre inovações na área agrícola, principalmente no tocante a equipamentos para a cultura açucareira. Sua longa permanência em solo francês o fez conhecer uma jovem de família originária da Alsácia, e em 1854 casaram-se. No ano seguinte nasceu Jorge, único filho do casal. Após ser comunicado por carta do falecimento de seu pai, João Tibiriçá resolveu regressar ao Brasil com a esposa e o filho. Antes de partir concluiu negócios que estavam em andamento e adquiriu moderno equipamento destinado às usinas de açúcar que havia herdado. Chegando ao Brasil em 1859, foi residir com a família na fazenda de Itaici, às margens do rio Jundiáí, entre Itu e Indaiatuba, com mais de 1.500 alqueires de terras, onde eram cultivados a cana-de-açúcar e, às vezes, quando o preço estimulava a exportação para a Inglaterra, o algodão.

Jorge Tibiriçá iniciou seus estudos em casa, com a mãe, e em 1867, aos 11 anos de idade, foi matriculado como aluno interno no Colégio Barth, alemão, localizado no bairro do Brás, na capital paulista. Em 1870 João Tibiriçá resolveu que o filho deveria concluir seus estudos na Europa, e Pauline o acompanhou na viagem. Ao chegarem à França, a situação política internacional estava inquietante, devido ao litígio entre o imperador francês Napoleão III e o chanceler Otto von Bismarck, chefe do governo da Prússia. Jorge Tibiriçá obteve da mãe autorização para ir de trem até a Alsácia, de onde deveria seguir para a Suíça a fim de providenciar sua matrícula em um colégio em Zurique. Com o agravamento da

situação política, foi obrigado a permanecer confinado, como toda a população, na cidade francesa de Strasbourg, próxima da fronteira alemã. Em pouco tempo a cidade foi sitiada pelas tropas germânicas e bombardeada. Com apenas 14 anos de idade, Jorge foi testemunha dos horrores da guerra.

Com a capitulação de Sstrasbourg, Jorge Tibiriçá, como brasileiro, conseguiu obter um passaporte para entrar na Suíça. No dia 19 de setembro de 1870, as tropas alemãs cercaram Paris, que capitulou em 19 de janeiro de 1871. Com o armistício, foi concedida autorização para que o jovem retornasse à capital francesa, mas uma verdadeira guerra civil ocorreu entre o governo e o operariado, resultando na Comuna de Paris, governo proletário que foi encorajado por Karl Marx em pessoa. Jorge pôde afinal entrar em Paris e, com apenas 15 anos de idade, viveria o maior drama de sua vida: ao procurar pela mãe, constatou que esta fora levada para um hospital e lá havia falecido, vítima da falta de alimentos e do frio. Apesar de tais notícias, João Tibiriçá decidiu que o filho deveria continuar seus estudos na Europa. Obediente às determinações paternas, Jorge matriculou-se no Colégio Riffel, em Staffa, às margens do lago de Zurique, na Suíça. Na escola, que fornecia formação essencialmente humanística, estavam matriculados alunos de famílias abastadas, inclusive alguns brasileiros. Como conhecedor das línguas francesa e alemã, que havia estudado no colégio em São Paulo, pôde acompanhar o curso satisfatoriamente.

Após concluir o secundário, de acordo com as instruções do pai, Jorge Tibiriçá transferiu-se para a Alemanha com o objetivo de procurar as mais reputadas escolas de agricultura. Ingressou na escola agrônoma de Hohenheim, cidade próxima de Stuttgart, considerada uma das melhores no gênero, e aí se formou agrônomo e recebeu a distinção de doutor. Mais uma vez seguindo a orientação paterna para que prolongasse a estada no Velho Mundo, em 1877 matriculou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade de Zurique. Aperfeiçoando-se em química inorgânica e orgânica, alcançou em 1879 o título de doutor em filosofia, com distinção, com a tese “Produção do ácido fórmico por meio de material inorgânico”, que escreveu em alemão.

Afinal, depois de quase uma década ausente, Jorge Tibiriçá regressou ao Brasil. No ano

seguinte casou-se com uma prima, Ana de Queirós Teles, descendente de família tradicional, e passou a se dedicar aos trabalhos agrícolas na fazenda Ressaca, situada no tronco-mestre da linha da Estrada de Ferro Mogiana, a meio caminho entre Campinas e Moji-Mirim. Nessa fazenda, onde residiu vários anos e onde alguns de seus filhos nasceram e foram criados, seria grande produtor de café de qualidade, e aplicaria os conhecimentos agronômicos adquiridos na Europa.

Seu tio e sogro, Antônio de Queirós Teles, conde de Parnaíba, fora o principal idealizador e incorporador da Estrada de Ferro Mogiana, e a dirigiu por muitos anos antes de assumir a presidência da província de São Paulo, entre julho de 1886 e novembro de 1887. Jorge Tibiriçá também foi diretor da Mogiana, de 1888 a 1890. Em dezembro de 1888, recebeu um telegrama da França comunicando o falecimento de seu pai, então em viagem àquele país. João Tibiriçá Piratininga deixou para seu único filho uma imensa fortuna, calculada na época em mais de 500 contos de réis, além de propriedades agrícolas nas quais plantara cana-de-açúcar, algodão, cereais, e finalmente café.

Embora nunca tivesse dispensado o recurso ao braço escravo, Jorge Tibiriçá sempre fora dos mais entusiastas em preconizar as vantagens da imigração, a fim de substituir gradativamente a escravidão pelo serviço de homens livres. Era a favor de que se eliminasse o flagelo da escravatura, mas considerava necessário que os cativos tivessem condições de educação para que pudessem se transformar em trabalhadores livres, não marginalizados pela sociedade, sem causar sobressalto à economia do país. Como administrador de um grande patrimônio agrícola, e um dos maiores fazendeiros de café da província de São Paulo, cuidou de fixar na terra os trabalhadores locais e apoiou, como já fizera seu pai, a vinda de imigrantes para trabalhar nas plantações cafeeiras. Transformou-os em pequenos proprietários rurais, mas manteve-os trabalhando nas grandes fazendas, e assim pôde manter a produção e não ter grandes prejuízos após a promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888.

Em 1889, como republicano – como também fora seu pai, antigo presidente do Clube Republicano da cidade de Itu – e defensor dos ideais democráticos, assistiu com

contentamento à proclamação da República em 15 de novembro. Com o novo regime, assumiu o governo de São Paulo uma junta composta por Prudente de Moraes, Rangel Pestana e o tenente-coronel Joaquim de Sousa Mursa. A junta governou São Paulo de 16 de novembro até 14 de dezembro de 1889, quando o chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca, resolveu nomear Prudente de Moraes governador do estado. Em setembro de 1890, Prudente foi eleito senador ao Congresso Constituinte. Devendo deixar o governo paulista antes de tomar posse em 15 de novembro seguinte, e contando com a influência do líder republicano Francisco Glicério junto ao marechal Deodoro da Fonseca, indicou como sucessor Jorge Tibiriçá. O ministro da Fazenda Manuel Ferraz de Campos Sales também defendeu o nome de Tibiriçá, que foi assim nomeado governador de São Paulo.

GOVERNADOR DE SÃO PAULO

Após receber o governo de Prudente de Moraes em 18 de outubro de 1890, Jorge Tibiriçá teve duas preocupações imediatas: a reforma da Estação Agronômica de Campinas, de grande importância econômica e política para São Paulo, e a preparação das eleições para a Assembleia Constituinte paulista. Depois de alguns meses, em que enfrentou objeções das forças católicas, conseguiu a velha igreja do Pátio do Colégio a fim de adaptá-la para a instalação da sede do Congresso Legislativo do estado. Em carta a Campos Sales, que então exercia o mandato de senador por São Paulo, o ministro da Fazenda Tristão de Alencar Araripe informou que o governo federal havia determinado que a antiga igreja do Colégio dos Jesuítas fosse entregue ao governador de São Paulo para a realização das obras necessárias. Campos Sales, por sua vez, em carta datada de 12 de fevereiro de 1891, participou a Tibiriçá a resolução do governo federal, pondo fim ao problema.

Em 25 de fevereiro de 1891, um dia após a promulgação da Constituição federal, Deodoro da Fonseca foi eleito indiretamente presidente da República, derrotando Prudente de Moraes, também candidato. Ainda em fins de fevereiro, com o apoio do governador Jorge Tibiriçá, o PRP lançou uma lista de candidatos às eleições estaduais e municipais marcadas

para 20 de março. Em 4 de março, porém, São Paulo foi surpreendido com a notícia da exoneração de Jorge Tibiriçá por decreto de Deodoro da Fonseca. A inesperada medida era a culminância das desavenças entre o marechal e a bancada paulista no Congresso, evidenciadas na disputa com Prudente de Moraes. A inesperada mudança no governo de São Paulo se deveria também ao fato de Tibiriçá não ter apoiado explicitamente a eleição de Deodoro e não ter demonstrado contentamento diante de sua escolha para o cargo de chefe da nação.

O gesto de Deodoro provocou descontentamento nas fileiras republicanas, além de comentários e críticas na imprensa. O jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, afirmou: “São Paulo foi talvez o único estado que não deu mínimo incômodo ao governo provisório devido à boa e sábia administração”, salientando que “seria muito estranhável uma conduta do governo central baseada em despeito ou simples espírito de represália”. O jornal advertia ainda o ministério de Deodoro com estas palavras: “Refreie o ministério a sua vaidade. Não estamos no tempo da monarquia em que se escolhiam os energúmenos para presidir eleições e dominar as províncias.” Prudente de Moraes passou um telegrama para Tibiriçá nos seguintes termos: “Parabéns pela vossa demissão. Caiu convosco o Partido Republicano Paulista. Acompanham-vos os aplausos de toda a população desinteressada”. Após passar o cargo de governador em 7 de março de 1891 ao sucessor Américo Brasiliense, também nomeado por Deodoro, Jorge Tibiriçá, acompanhado de um grande número de amigos e correligionários, dirigiu-se ao Clube Republicano, onde foi alvo de manifestação de desagravo. Na ocasião discursaram os deputados federais Bernardino de Campos e Carlos Garcia, que elogiaram o governador demitido e condenaram a maneira como havia sido exonerado pelo presidente da República. Américo Brasiliense continuou no governo, passando, após a promulgação da Constituição estadual de 1891, a ser designado não mais governador, mas presidente do estado. Assim também o seriam seus sucessores.

Quando, em 3 de novembro seguinte, após longos desentendimentos, Deodoro dissolveu o Congresso Nacional, os próceres do PRP solidarizaram-se com a conspiração tramada no

Rio de Janeiro para derrubar o marechal e restabelecer o Congresso dissolvido. Esse restabelecimento acabou ocorrendo em 23 de novembro, com a renúncia de Deodoro. Tomou posse então na presidência o vice-presidente da República, marechal Floriano Peixoto, que convidou Jorge Tibiriçá para ocupar um lugar no novo ministério. Tibiriçá, porém, recusou o convite.

Em São Paulo, sob a direção de uma junta revolucionária composta por Campos Sales, Bernardino de Campos e Júlio Mesquita, ocorreu um verdadeiro levante nas cidades do interior para forçar também a mudança no governo do estado. A resistência na capital provocou vários choques entre os insurgentes republicanos e a força policial que apoiava Américo Brasiliense. Incidentes vários, tumultos, correrias, tiroteios e ataques aos jornais da oposição marcaram a luta entre as duas correntes, até que, em 15 de dezembro, Brasiliense viu-se obrigado a entregar o governo ao major Sérgio Castelo Branco, inspetor das tropas policiais. Poucas horas depois, o militar passou o poder ao substituto legal, o vice-presidente José Alves de Cerqueira César.

Durante sua administração de apenas nove meses, Cerqueira César sofreu uma ameaça de golpe e resolveu dissolver o Congresso Legislativo paulista, cujos integrantes em sua maioria apoiavam o antigo governo. Novas eleições foram marcadas, e Jorge Tibiriçá acabou aceitando a indicação do PRP para concorrer a uma cadeira de senador estadual. Foi eleito em 7 de março de 1892, e no dia seguinte foi escolhido vice-presidente do Senado paulista. Logo após ter sido empossado, em 7 de abril, foi designado membro da Comissão de Fazenda e Contas do Senado Estadual.

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

Em 23 de agosto de 1892 tomou posse o novo presidente eleito do estado de São Paulo, Bernardino de Campos. Convidado por Bernardino para a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Jorge Tibiriçá assumiu o cargo em 12 de dezembro de 1892, tendo antes renunciado ao mandato de senador estadual. Sua aceitação deveu-se à amizade com Bernardino, mas o convite foi feito principalmente por sua competência técnica como

agrônomo e por ser conhecido como dedicado fazendeiro, sendo sua fazenda Ressaca considerada por todos como modelo. Nela sempre experimentava todos os meios para aumentar os rendimentos e a qualidade das culturas e criar um padrão de propriedade agrícola em condições de enfrentar as crises que ocorriam com frequência na agricultura.

Vários órgãos foram criados na secretaria chefiada por Tibiriçá, como a Superintendência de Obras Públicas, a Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração, a Comissão Geográfica e Geológica e a Comissão de Saneamento, composta de engenheiros encarregados de serviços sanitários. O governo despendeu nessa área uma grande parte de seu orçamento, sendo obrigado a aumentar a dívida externa com um vultoso empréstimo em libras para poder executar a encampação da companhia Cantareira de Águas e Esgotos de São Paulo. O próprio presidente do estado Bernardino de Campos mencionou em seu relatório apresentado ao Congresso Legislativo estadual a presteza com que foram efetuadas as obras, custosas e fundamentais para o abastecimento de água da capital paulista. Com elas, o fornecimento de água elevou-se de 3,5 milhões de litros diários para 31,2 milhões.

Outra preocupação da secretaria foi o saneamento da cidade de Santos, porta de entrada dos milhares de imigrantes. Foi executado o plano elaborado pelo engenheiro sanitário americano Estevan Antonio Fuertes, nascido em Porto Rico, que teve a colaboração de cientistas e engenheiros brasileiros através da Comissão de Saneamento, dirigida por João Pereira Ferraz e integrada por Teodoro Sampaio e Vital Brasil. Fuertes foi auxiliado pelo Departamento de Higiene, graças à organização dos Institutos Bacteriológico e Vacinogênico, do Hospital de Isolamento, do Desinfetório Central e outros órgãos incumbidos de classificar e combater as enfermidades e as invasões mórbidas.

Como engenheiro agrônomo, Tibiriçá, procurou estimular a formação de técnicos aptos a orientar o desenvolvimento agroindustrial. Os cursos de agronomia da Escola Politécnica, da Escola Prática de Piracicaba e do Instituto Agrônomo de Campinas iriam se tornar grandes centros de observações e experiências necessárias ao aperfeiçoamento agrícola.

Sua secretaria foi responsável também pela construção na capital dos denominados palácios da Polícia e da Agricultura, localizados no Pátio do Colégio. A tarefa foi encabeçada pelo

engenheiro Ramos de Azevedo, formado na Bélgica, grande amigo de Tibiriçá.

A Comissão Geográfica e Geológica, subordinada à sua pasta, procedeu com minúcia no levantamento da carta do estado e reuniu informações sobre a constituição física do território paulista e também sobre sua flora. Um participante dessa comissão foi o cientista americano Orville Derby, que desde o Império era um dos mais devotados e competentes estudiosos da geologia brasileira.

Durante a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, em 1893, Tibiriçá prestou inteiro apoio à ação de Bernardino de Campos, que apoiava o marechal Floriano. Permaneceu na Secretaria de Agricultura até 27 de março de 1895 – já com Prudente de Moraes na presidência da República (1894-1898) –, quando foi substituído por Teodoro de Carvalho. Três dias depois foi novamente conduzido ao Senado Estadual, na vaga de Paulo de Sousa Queirós, que havia sido eleito deputado federal. Tomou posse em 8 de abril de 1895 e tornou-se membro das comissões de Fazenda e Contas, de 1896 a 1900, e de Terras Públicas e Minas, em 1900. Em 31 de dezembro de 1900 foi reeleito para o Senado paulista, passando a integrar as comissões de Indústria, Comércio, Obras Públicas e Estatística, entre 1901 e 1904, e de Imigração, Colonização, Terras Públicas e Minas, entre 1902 e 1904. Ao longo desse período, encerrou-se o mandato de Bernardino de Campos, e governaram o estado de São Paulo Campos Sales (1896-1897), Peixoto Gomide (1897-1898), Fernando Prestes (1898-1900) e Rodrigues Alves (1900-1902).

Desde 1896 o preço do café entrara em queda, em decorrência do excesso de produção proveniente de novos cafezais. Em 1901, com as restrições de crédito e a implacável política econômica do presidente da república Campos Sales (1898-1902) e de seu ministro da Fazenda Joaquim Murinho, a crise se abateu sobre os fazendeiros, principalmente os paulistas, e atingiu a posição de Tibiriçá. O então senador recorreu aos bancos e comissários e hipotecou sua fazenda Ressaca, uma vez que a venda do produto não dava para cobrir as despesas da propriedade, consideravelmente aumentadas pelas majorações de salário dos colonos, que faziam constantes exigências e facilmente mudavam de local de trabalho. Como proprietário de uma grande fazenda, Tibiriçá pôde ceder aos seus colonos

terras disponíveis para suas próprias subsistências, e assim fixá-los com suas famílias. Resolvida a grave questão social, restava resolver o problema do grande débito monetário que tinha que saldar. A resposta veio de Ana Tibiriçá, que mostrou ao marido que poderiam lançar mão do gado existente na fazenda para vender leite e fabricar requeijões, queijos e manteiga, artigos de grande consumo na região, que os próprios colonos se apressariam a adquirir. O plano foi posto em prática em poucos dias. Enquanto Jorge Tibiriçá cuidava da manutenção dos cafezais e tratava de precaver-se contra os riscos da próxima safra, Ana improvisava uma pequena indústria de laticínios, pondo pessoalmente mãos à obra, ajudada na tarefa por uma antiga escrava, Guilhermina, africana já idosa e alforriada alguns anos antes pela família.

PRESIDENTE DE SÃO PAULO: O CONVÊNIO DE TAUBATÉ

Em 1902, Bernardino de Campos foi eleito pela segunda vez presidente de São Paulo, completando o mandato de Rodrigues Alves, que renunciou no início do ano para candidatar-se à presidência da República (1902-1906). As circunstâncias criadas pela crise do café, na área econômica, e as divergências políticas consequentes à cisão do PRP em 1901 não permitiram que se instalasse a mesma atmosfera de realizações e eficiência administrativa de sua gestão anterior. Aproximando-se a sucessão estadual, os líderes mais destacados do PRP, a começar pelo próprio Bernardino, penderam para o nome de Jorge Tibiriçá. Sua competente gestão à frente da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o credenciava para ser indicado candidato a presidente do estado de São Paulo. Jorge Tibiriçá foi eleito em 15 de fevereiro de 1904 para o quadriênio de 1904 a 1908, tendo como companheiro de chapa João Batista de Melo e Oliveira. Após renunciar à cadeira no Senado Estadual em 27 de abril, assumiu o governo em 1º de maio seguinte. Nomeou como secretários José Cardoso de Almeida, para o Interior, posteriormente substituído por Gustavo de Oliveira Godoy; Bento Pereira Bueno, para Justiça e Segurança Pública, posteriormente substituído por Washington Luís Pereira de Sousa; Carlos José Botelho, para Agricultura, Comércio e Obras Públicas; e Manuel Joaquim de Albuquerque

Lins, para a Fazenda, substituído depois por Olavo Egydio de Sousa Aranha.

Desde os primeiros dias do seu governo, Jorge Tibiriçá viu-se envolvido nos problemas decorrentes da crise do café, que ainda agitava os fazendeiros, e em consequência a vida financeira do país. Na sua mensagem de 1905, dirigida ao Congresso Legislativo estadual, explanou que sua vontade era atender às grandes reformas, que sabia serem extremamente dispendiosas, e assinalou que continuava “infelizmente ainda em estado precário a lavoura de café, a qual em grande parte se tem mantido graças à admirável tenacidade da classe agrícola”.

A oposição entre os programas e doutrinas econômicas de Tibiriçá e do presidente Rodrigues Alves logo afastou os dois governantes. Rodrigues Alves seguia o mesmo plano financeiro de seu antecessor Campos Sales, mostrando-se francamente a favor da valorização do meio circulante. Considerou assim abusiva e pouco amistosa para a autoridade presidencial a aliança dos três maiores estados cafeicultores – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – promovida por Tibiriçá com o objetivo de reclamar uma reforma do padrão monetário, contrariando a política de câmbio alto do ministro da Fazenda, Leopoldo Bulhões. Para atenuar o mal resultante do excesso de produção cafeeira, o governo federal até então reduzira os direitos de exportação de 2%, isentara a lavoura dos impostos criados sobre as propriedades, e excluía de novos ônus os capitais empregados pelos bancos e pelos comissários nas transações com os lavradores de café. Continuava em vigor a lei que estabelecera os impostos sobre as novas plantações, e o presidente recomendava o crédito agrícola à base de *warrants*.

Tibiriçá resolveu agir, e comandou decisivamente os maiores estados produtores de café na defesa do produto. Contou para isso com a colaboração do senador Francisco Glicério e do deputado federal Cândido Rodrigues, representantes paulistas, que mantiveram contato com delegados mineiros e fluminenses, e conferenciaram com o presidente Rodrigues Alves. Os entendimentos com os representantes de Minas se fizeram através de Carlos Peixoto, e com os representantes do Estado do Rio, através de Barros Franco Júnior e de Carlos Resende. A correspondência trocada pelos líderes, de caráter mais reservado, expressava as

imensas dificuldades encontradas para unir os estados cafeeiros e salvar a lavoura do naufrágio. Durante as conversações, Tibiriçá escreveu: “A batalha vai ser terrível, quem não for por nós é contra nós”.

A forte queda nos preços internacionais do café em 1905 resultou em uma verdadeira rebelião. Assim, em 26 de fevereiro 1906, com o apoio de seu secretário da Fazenda, Jorge Tibiriçá encabeçou uma reunião na cidade paulista de Taubaté com os presidentes Francisco Sales, de Minas Gerais, e Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro, firmando um acordo de proteção ao café que ficou conhecido como Convênio de Taubaté. O convênio, firmado no último ano do governo Rodrigues Alves, acabou sendo deixado como herança para o próximo presidente, Afonso Pena, que seria eleito em novembro de 1906.

Além da questão do café, Jorge Tibiriçá teve outras preocupações no governo de São Paulo. Reconhecendo a necessidade de uma reforma na Constituição estadual, era a favor de uma mudança do sistema eleitoral para que fosse respeitado o sufrágio popular. Em relação à polícia de carreira, “indispensável para a boa garantia da liberdade eleitoral”, a seu ver impunha-se igualmente uma modificação, “porquanto jamais poderia dar resultado satisfatório o desempenho dos cargos policiais por autoridades locais sempre com interesses políticos”. O projeto longamente acalentado de contratar oficiais estrangeiros para imprimir à Força Pública de São Paulo características de tropa solidamente estruturada e moldada em princípios de rígida disciplina pôde enfim ser realizado, com a vinda de uma missão francesa, composta de oficiais graduados, que durante muitos anos foi responsável pela formação do contingente da milícia paulista. Ainda com o objetivo de prestigiar a “nobilíssima carreira da magistratura”, recomendou que fossem instituídos os termos judiciários e que as comarcas fossem classificadas por entrâncias, para que fossem estimulados aqueles interessados em ingressar na vida judiciária. Seria, ao seu entender, uma forma de tornar a atividade mais atraente, de selecionar valores e vocações e de elevar o Poder Judiciário, “cuja missão tanto se engrandece nas democracias”.

Durante sua gestão no governo paulista, eclodiram numerosas greves entre os operários do parque fabril e os empregados do comércio e de pequenas oficinas. Empresas de

transportes, como a importante Companhia Paulista de Estradas de Ferro, chegaram a interromper o tráfego em alguns ramais devido ao abandono do serviço por parte do pessoal técnico e da quase totalidade dos obreiros e funcionários. Complicou-se a agitação em face da atitude agressiva de certos núcleos de paredistas, inclinados a promover desordens e atos de sabotagem. No terminal da linha, em Bauru, reuniram-se grupos armados contra os quais o governo se viu compelido a enviar tropas, para proteger as estações e o material ferroviário. Auxiliado pelo chefe de polícia Meireles Reis, Jorge Tibiriçá procurou interceder no sentido de facilitar um acordo entre as partes e tornou claro o objetivo, antes harmonizador do que repressor, que ditava a conduta do governo no caso. Agastado com as renitências de alguns dirigentes da companhia, que se recusavam a atender justos pedidos dos empregados, declarou não saber onde se encontravam os maiores grevistas, se entre os operários ou entre os diretores de uma empresa próspera e distribuidora de fartos dividendos.

Quando se iniciaram os entendimentos preliminares sobre a sucessão estadual, amigos e políticos insistiram para que Tibiriçá aceitasse ser reeleito. A pedido de vários chefes do PRP e parlamentares, o deputado Herculano de Freitas chegou a apresentar um projeto de reforma da Constituição estadual, mas Tibiriçá mandou cessar a iniciativa e recusou discutir o assunto. Diante disso, o secretário da Fazenda Manuel Joaquim de Albuquerque Lins passou a ser cogitado como candidato oficial à sucessão, por seu conhecimento dos aspectos financeiros da valorização do café. No entanto, o senador Campos Sales, adversário declarado do plano de valorização, apresentou também sua candidatura. Na convenção do PRP realizada em setembro de 1907, Albuquerque Lins derrotou Campo Sales e saiu candidato. Em seguida foi eleito presidente estadual para o período 1908-1912.

PRESIDENTE DO SENADO ESTADUAL E DO TRIBUNAL DE CONTAS

Após transmitir o governo em 1º de maio de 1908, Jorge Tibiriçá foi novamente eleito senador estadual em 7 de agosto, na vaga de Fernando Prestes de Albuquerque, que havia deixado o mandato para assumir o cargo de vice-presidente do estado. Empossado em

17 de setembro, passou a integrar a Comissão de Indústria, Comércio, Obras Públicas e Estatística, e concomitantemente tornou-se vice-presidente da comissão diretora do PRP.

Em 1912, Rodrigues Alves foi eleito presidente de São Paulo para o período 1912-1916. Nos preparativos para sua sucessão, com o falecimento do candidato João Álvares Rubião Júnior, por indicação do próprio Rodrigues Alves, e de acordo com os dirigentes do PRP, foram apresentados três nomes: José Cardoso de Almeida, Altino Arantes e Antônio Lacerda Franco. O líder da bancada paulista na Câmara dos Deputados, Cincinato Braga, foi chamado a opinar e, após algumas evasivas, acabou impugnando os três nomes. Como a indecisão política se prolongasse, Jorge Tibiriçá dirimiu a questão de maneira inesperada. Interpelado por um vespertino, declarou que não existiam mais hesitações na deliberação tomada pelo PRP, e apoiou o nome de Altino Arantes. A escolha de Altino dividiu o PRP, provocando uma crise política. Em 10 de novembro de 1915 José Alves Guimarães Júnior, presidente do Senado Estadual, renunciou ao cargo por discordar da decisão do partido, e Tibiriçá foi escolhido para ocupar o seu lugar.

No pleito de 2 de fevereiro de 1916, Tibiriçá foi novamente eleito senador estadual. Voltou à presidência do Senado e assumiu também a presidência do PRP, devido à morte de Francisco Glicério, mantendo-se nos dois postos até 1924. Renunciou então o mandato de senador para assumir, por nomeação do presidente de São Paulo Carlos de Campos, o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo, instituído pela reforma da Constituição estadual de 1921. Na sessão inaugural de instalação da corte, realizada no mesmo dia, 6 de maio, em que tomaram posse os ministros, foi escolhido por aclamação presidente do TCE. Durante a sua presidência, protestou contra uma reforma, derivada de lei aprovada em 1926, pela qual o Poder Executivo podia determinar a aceitação das despesas impugnadas, método cômodo para anular as decisões do tribunal.

Faleceu em São Paulo em 29 de setembro de 1928, no exercício do cargo de presidente do TCE.

De seu casamento com Ana de Queirós Teles Tibiriçá, teve dez filhos.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (30/9/1928); DEBES, C. *Tribunal*; DIAS, C. *Galeria*; DUARTE, P. *Júlio Mesquita*; EGAS, E. *Galeria*; *Folha da Manhã* SP (30/9/1928). FONSECA, A.; IGNÁCIO, A.; BRISOLLA, C. *São Paulo*; RIBEIRO, A. *Governantes*; RIBEIRO, A. *Governos*; RIBEIRO, A. *Poder*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; SOARES JUNIOR, R. *Jorge Tibiriçá*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores de São Paulo*.